Notícias do dia 10 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
Alego aprova contas de Marconi e Eliton/2018 . . . 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
Canto que renasce . . . 4

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Plenário aprova PEC que trata de contribuições sociais nesta 5ª-feira . . . 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Plenário aprova matérias de parlamentares e do Tribunal de Contas do Estado . . . 8

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Duas matérias do Tribunal de Contas do Estado são aprovadas em 1ª votação . . . 11

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Comissão Mista aprecia sete matérias e encerra encontro realizado nesta quarta-feira, 9 . . . 12

OPINANDO - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Tucano comemora aprovação de contas, mas a realidade mostra que Goiás estava insolvente em 2018 . . . 13

Alego aprova contas de Marconi e Eliton/2018

A Assembleia L|egislativa aprovou, por unanimidade, o relatório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) relativo às contas dos mandatos dos ex-governadores Marconi Perillo (PSDB) e José Eli-ton (PSB) em 2018. Foram 27 votos favoráveis e nenhum contrário, computados em votação no plenário terça-feira (8).

Marconi Perillo comentou a aprovação em suas redes sociais. "Enquanto fiií governador de **Goiás**, sempre priorizei que todas as despesas orçamentárias do Estado com saúde, educação e segurança fossem cumpridas à risca pelo corpo de secretários e técnicos que compunham as pastas da administração" disse o ex-governador. "Mais uma confirmação de que todas despesas constitucionais vinculadas ao orçamento durante os anos que estive à frente do governo estadual foram todas cumpridas" concluiu.

Site: https://digital.dm.com.br/#!/mini

Canto que renasce

A retomada dos tradicionais eventos culturais na cidade de **Goiás** está a todo vapor. E nesta quinta-feira, 10, a antiga Vila Boa recebe a volta de outra importante atividade artística. Trata-se do Encontro de Corais da Cidade de **Goiás** - Darcília Amorim. Considerado um dos mais importantes do Centro-Oeste, o evento, que está em sua 16a edição, seguirá até segunda--feira, 14. A programação conta com recitais, oficinas e homenagens.

Até o final das atividades, o encontro vai receber cerca de 20 apresentações de grupos de Brasília, Mato Grosso e **Goiás**, que poderão ser vistas no poético Santuário Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vão se apresentar grupos como Coral Paz e Amor, de Brasília (DF), Coral do **TCE**, de **Goiânia** (GO) e a Associação Coral Aracanto, de Barra do Garças (MT).

"Estamos multo satisfeitos com a volta do Encontro de Corais, que é tào bonito de ver e ouvir e, muito importante para o cenário. A volta do evento também mostra que a cultura está se movimentando e significa que a vida está voltando à normalidade, após os anos de distanciamento social',' diz o coordenador, Alex Pereira. (Ra-rlana Pinheiro)

Site: https://digital.dm.com.br/#!/mini

Plenário aprova PEC que trata de contribuições sociais nesta 5ª-feira

A sessão ordinária híbrida realizada na manhã desta quinta-feira, 10, encerrou os trabalhos parlamentares da semana. Durante o encontro, nove processos legislativos entraram em pauta, sendo dois vetos encaminhados pelo Executivo, dois projetos vindos do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) e cinco de iniciativa parlamentar.

O destaque é a aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6846/19 , assinada por Talles Barreto (UB). O texto visa alterar o artigo 19 da Constituição Estadual para definir que as contribuições sociais e de custeio da seguridade social deverão ser partilhadas com os municípios no mesmo porcentual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) repassadas aos respectivos municípios.

Em sua justificativa, o parlamentar afirma que, na atual estruturação da federação brasileira, os municípios foram privados dos recursos indispensáveis para seu adequado funcionamento. "Embora existam como pessoas jurídicas de direito público autônomas, os municípios em geral, principalmente os menores, ficam à mercê do recebimento de recursos de outros entes federativos, o que compromete, evidentemente, sua autonomia".

A PEC foi aprovada em primeiro turno com o voto favorável de 26 deputados. Caso receba mais um sinal positivo na Casa, estará apta a promulgação pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Mudanças no **TCE**

Dois projetos encaminhados pelo **TCE** receberam o primeiro aval do Plenário durante a sessão. O primeiro, nº 10769/22 , busca criar, no órgão, a unidade administrativa denominada Chefia de Gabinete para conselheiros, auditores e procuradores de contas. O texto ressalta que não haverá qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal, trata-se apenas da criação e normatização dessa unidade.

O outro projeto, protocolado sob o nº 10770/22 , propõe instituir o regime de distribuição processual aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores e conselheiros que integram o **TCE**. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal.

Vetos

Na manhã dessa quinta-feira, dois vetos integrais da Governadoria a projetos de iniciativa parlamentar foram rejeitados. A proposta de municipalização do trecho da Rodovia Estadual GO-206 entre o Córrego do Barro Preto e o Córrego da Pimenta, localizado no município de Itarumã, que tramitou sob o nº 9257/21 , é um dos projetos que serão promulgados pela Mesa Diretora.

A matéria é do presidente Lissauer Vieira (PSD) e o veto corresponde ao processo legislativo nº 9257/21 . Com placar de 24 votos "não" e 2 "sim", o Plenário derrubou o veto.

Assinada por Coronel Adailton (PRTB), a outra propositura que segue para promulgação é a que sugere transformar a Escola Estadual Senador José Ermínio de Moraes, localizada em Cocalzinho, em Colégio da Polícia Militar do Estado de **Goiás** - CPMG. O veto nº 10170/22, foi recusado pelos deputadoscom24 votos "não" e 2 votos "sim".

Discussões parlamentares

Durante a fase de discussão das matérias em pauta na sessão, diversos deputados ocuparam a tribuna para repercutir o projeto nº 10803/22 , oriundo da Governadoria do Estado, que tem como objetivo criar o Fundo Estadual de Infraestrutura em **Goiás** (Fundeinfra). O referido texto ainda está na Comissão Mista, logo, não entrou na Ordem do Dia, mas, ainda assim, os parlamentares se dedicaram ao debate da proposta. Alguns, a favor, outros, contra.

O Fundeinfra é iniciativa da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) e se concentrará na obtenção e gestão de recursos oriundos da produção agrícola, pecuária e mineral em **Goiás**, também das demais fontes de receitas definidas nele. Segundo o projeto, o dinheiro

arrecadado será exclusivamente para a melhoria de estradas, rodovias e aeródromos no estado.

O primeiro a levantar o assunto foi Talles Barreto, no Pequeno Expediente. Ao defender a importância do projeto, o deputado informou que o fundo a ser gerido pela Goinfra é uma estratégia da equipe econômica do Governo para tentar recuperar perdas decorrentes da redução de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) imposta pelo Executivo federal a vários setores. O membro da base governista na **Alego**, também, afirmou que a medida não afetará pequenos agricultores.

Depois, já durante a Ordem do Dia, o líder do Governo na **Alego**, Bruno Peixoto (UB), acrescentou que o custo e o atraso com transporte de produtos serão superiores à taxa tida, por ele, como "vital" para o agro goiano. "Continuaremos competitivos, com as estradas e pontes recuperadas ou construídas, não tenham dúvida que o custo será bem menor. É uma matéria importante", frisou.

Todavia, em seguida, Gustavo Sebba (PSDB) se manifestou contrariamente ao Fundeinfra. De acordo com o parlamentar, a matéria pode prejudicar o setor do agronegócio goiano e, consequentemente, a sociedade. "A segurança e a infraestrutura devem ser melhoradas no estado, independente de novas taxações, que podem atrapalhar as produções", salientou.

Paulo Trabalho (PL) e Delegado Humberto Teófilo (Patriota) ocuparam a tribuna logo após o tucano e somaram às críticas. Paulo entende que o projeto de lei precisa, em primeiro lugar, ser debatido com representantes do setor do agronegócio, antes de ser votado pela **Alego**. Por isso, convocou uma manifestação dos produtores rurais para a próxima quarta-feira, 16, em frente ao hall de entrada do Palácio Maguito Vilela, sede do Poder Legislativo estadual.

Já Teófilo convocou os profissionais do setor para acompanhar a apreciação do projeto na galeria do plenário Iris Rezende, na próxima quarta-feira, 16, quando a proposta deverá ser colocada em fase de primeira discussão e votação. "Quero convocar você do agronegócio para lotar o plenário da Assembleia Legislativa. Mostrem as suas forças. Queremos saber quem vai ficar do lado do agronegócio e quem não", enfatizou.

Na base do Governo, Jeferson Rodrigues (Republicanos) e Francisco Oliveira (MDB) pediram a palavra para sair em defesa do Fundeinfra. Rodrigues disse que o governador Ronaldo Caiado (UB) "está cortando em seu próprio sangue para equilibrar as finanças do Estado". O parlamentar ressaltou que o chefe do Executivo estadual conversou com os deputados da base e com segmentos do agronegócio antes de enviar a proposição para apreciação da **Alego**.

O deputado salientou, ainda, que os chefes do Executivo do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso também tiveram essa iniciativa e acabaram sendo entendidos por produtores rurais dos dois estados.

Francisco Oliveira, em resposta aos deputados que contestaram a matéria, disse que o projeto é importante para promoção de melhorias destinadas ao setor.

"Sabemos que o governo está em boas mãos, sabemos que o déficit será recuperado. Caiado fez uma excelente gestão, prova disso é que foi reeleito em primeiro turno. O povo goiano e o agronegócio acreditam no trabalho do governador", introduziu o deputado.

Na sequência, o parlamentar destacou que o produtor goiano não terá despesas com outras demandas como, por exemplo, pneus furados e caminhões danificados.

Demais projetos

O projeto de lei nº 10758/22 , do deputadoLissauer Vieira (PSD), também foi aprovado em primeira fase de discussão e votação. A matéria tem como intuito revogar a Lei n° 21.528, de 4 de agosto de 2022, que versa sobre a afixação permanente de placas ou cartazes nos estabelecimentos que comercializam carne.

O processo legislativo nº 7771/19 , de Cláudio Meirelles (PL), seria colocado em votação, mas foi emendado por Wilde Cambão (PSD). Assim, o texto, que dispõe sobre a sobre prioridade das pessoas com deficiência para vagas em escola pública mais próxima de sua residência, volta para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Os outros dois projetos votados tratam de requerimentos de licença, pedidos de Henrique Arantes (MDB) e Karlos Cabral (PSB).

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o deputado Álvaro Guimarães (UB), que comandou os trabalhos no exercício da presidência, declarou encerrada a sessão, deixando convocada outra para esta quarta-feira, 16, às 15 horas.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/plenario-aprova-pec-que-trata-de-contribuicoes-sociais-nesta-5a-feira/

Plenário aprova matérias de parlamentares e do Tribunal de Contas do Estado

Na última sessão ordinária híbrida da semana, realizada na manhã desta quinta-feira, 10, os deputados analisaram nove projetos de lei, sendo dois vetos encaminhados pelo Executivo, dois projetos vindos do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) e cinco de iniciativa parlamentar. Entre as proposituras de deputados que receberam aval em primeiro turno, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata de contribuições sociais e de custeio. A sessão teve transmissão ao vivo pela TV **Alego**.

A sessão ordinária híbrida realizada na manhã desta quinta-feira, 10, encerrou os trabalhos parlamentares da semana. Durante o encontro, nove processos legislativos entraram em pauta, sendo dois vetos encaminhados pelo Executivo, dois projetos vindos do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) e cinco de iniciativa parlamentar.

O destaque é a aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6846/19 , assinada por Talles Barreto (UB). O texto visa alterar o artigo 19 da Constituição Estadual para definir que as contribuições sociais e de custeio da seguridade social deverão ser partilhadas com os municípios no mesmo porcentual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) repassadas aos respectivos municípios.

Em sua justificativa, o parlamentar afirma que, na atual estruturação da federação brasileira, os municípios foram privados dos recursos indispensáveis para seu adequado funcionamento. Embora existam como pessoas jurídicas de direito público autônomas, os municípios em geral, principalmente os menores, ficam à mercê do recebimento de recursos de outros entes federativos, o que compromete, evidentemente, sua autonomia".

A PEC foi aprovada em primeiro turno com o voto favorável de 26 deputados. Caso receba mais um sinal positivo na Casa, estará apta a promulgação pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Mudanças no **TCE**

Dois projetos encaminhados pelo **TCE** receberam o primeiro aval do Plenário durante a sessão. O primeiro, nº 10769/22 , busca criar, no órgão, a unidade administrativa denominada Chefia de Gabinete para conselheiros, auditores e procuradores de contas. O texto ressalta que não haverá qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal, trata-se apenas da criação e normatização dessa unidade.

O outro projeto, protocolado sob o nº 10770/22 , propõe instituir o regime de distribuição processual aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores e conselheiros que integram o **TCE**. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal.

Vetos

Na manhã dessa quinta-feira, dois vetos integrais da Governadoria a projetos de iniciativa parlamentar foram rejeitados. A proposta de municipalização do trecho da Rodovia Estadual GO-206 entre o Córrego do Barro Preto e o Córrego da Pimenta, localizado no município de Itarumã, que tramitou sob o nº 9257/21 , é um dos projetos que serão promulgados pela Mesa Diretora.

A matéria é do presidente Lissauer Vieira (PSD) e o veto corresponde ao processo legislativo nº 9257/21 . Com placar de 24 votos "não" e 2 "sim", o Plenário derrubou o veto.

Assinada por Coronel Adailton (PRTB), a outra propositura que segue para promulgação é a que sugere transformar a Escola Estadual Senador José Ermínio de Moraes, localizada em Cocalzinho, em Colégio da Polícia Militar do Estado de **Goiás** - CPMG. O veto nº 10170/22, foi recusado pelos deputadoscom24 votos "não" e 2 votos "sim".

Discussões parlamentares

Durante a fase de discussão das matérias em pauta na sessão, diversos deputados ocuparam a tribuna para repercutir o projeto nº 10803/22 , oriundo da Governadoria do Estado, que tem como objetivo criar

o Fundo Estadual de Infraestrutura em **Goiás** (Fundeinfra). O referido texto ainda está na Comissão Mista, logo, não entrou na Ordem do Dia, mas, ainda assim, os parlamentares se dedicaram ao debate da proposta. Alguns, a favor, outros, contra.

O Fundeinfra é iniciativa da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) e se concentrará na obtenção e gestão de recursos oriundos da produção agrícola, pecuária e mineral em **Goiás**, também das demais fontes de receitas definidas nele. Segundo o projeto, o dinheiro arrecadado será exclusivamente para a melhoria de estradas, rodovias e aeródromos no estado.

O primeiro a levantar o assunto foi Talles Barreto, no Pequeno Expediente. Ao defender a importância do projeto, o deputado informou que o fundo a ser gerido pela Goinfra é uma estratégia da equipe econômica do Governo para tentar recuperar perdas decorrentes da redução de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) imposta pelo Executivo federal a vários setores. O membro da base governista na **Alego**, também, afirmou que a medida não afetará pequenos agricultores.

Depois, já durante a Ordem do Dia, o líder do Governo na **Alego**, Bruno Peixoto (UB), acrescentou que o custo e o atraso com transporte de produtos serão superiores à taxa tida, por ele, como vital para o agro goiano. "Continuaremos competitivos, com as estradas e pontes recuperadas ou construídas, não tenham dúvida que o custo será bem menor. É uma matéria importante", frisou.

Todavia, em seguida, Gustavo Sebba (PSDB) se manifestou contrariamente ao Fundeinfra. De acordo com o parlamentar, a matéria pode prejudicar o setor do agronegócio goiano e, consequentemente, a sociedade. "A segurança e a infraestrutura devem ser melhoradas no estado, independente de novas taxações, que podem atrapalhar as produções", salientou.

Paulo Trabalho (PL) e Delegado Humberto Teófilo (Patriota) ocuparam a tribuna logo após o tucano e somaram às críticas. Paulo entende que o projeto de lei precisa, em primeiro lugar, ser debatido com representantes do setor do agronegócio, antes de ser votado pela **Alego**. Por isso, convocou uma manifestação dos produtores rurais para a próxima quarta-feira, 16, em frente ao hall de entrada do Palácio Maguito Vilela, sede do Poder Legislativo estadual.

Já Teófilo convocou os profissionais do setor para acompanhar a apreciação do projeto na galeria do plenário Iris Rezende, na próxima quarta-feira, 16, quando a proposta deverá ser colocada em fase de primeira discussão e votação. "Quero convocar você do agronegócio para lotar o plenário da Assembleia Legislativa. Mostrem as suas forças. Queremos saber quem vai ficar do lado do agronegócio e quem não", enfatizou.

Na base do Governo, Jeferson Rodrigues (Republicanos) e Francisco Oliveira (MDB) pediram a palavra para sair em defesa do Fundeinfra. Rodrigues disse que o governador Ronaldo Caiado (UB) está cortando em seu próprio sangue para equilibrar as finanças do Estado". O parlamentar ressaltou que o chefe do Executivo estadual conversou com os deputados da base e com segmentos do agronegócio antes de enviar a proposição para apreciação da **Alego**.

O deputado salientou, ainda, que os chefes do Executivo do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso também tiveram essa iniciativa e acabaram sendo entendidos por produtores rurais dos dois estados.

Francisco Oliveira, em resposta aos deputados que contestaram a matéria, disse que o projeto é importante para promoção de melhorias destinadas ao setor.

Sabemos que o governo está em boas mãos, sabemos que o déficit será recuperado. Caiado fez uma excelente gestão, prova disso é que foi reeleito em primeiro turno. O povo goiano e o agronegócio acreditam no trabalho do governador , introduziu o deputado.

Na sequência, o parlamentar destacou que o produtor goiano não terá despesas com outras demandas como, por exemplo, pneus furados e caminhões danificados.

Demais projetos

O projeto de lei nº 10758/22 , do deputadoLissauer Vieira (PSD), também foi aprovado em primeira fase de discussão e votação. A matéria tem como intuito revogar a Lei n° 21.528, de 4 de agosto de 2022, que versa sobre a afixação permanente de placas ou cartazes nos estabelecimentos que comercializam carne.

O processo legislativo nº 7771/19 , de Cláudio Meirelles (PL), seria colocado em votação, mas foi emendado por Wilde Cambão (PSD). Assim, o texto, que dispõe sobre a sobre prioridade das pessoas com deficiência para vagas em escola pública mais próxima de sua residência, volta para a análise da Comissão

de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Os outros dois projetos votados tratam de requerimentos de licença, pedidos de Henrique Arantes (MDB) e Karlos Cabral (PSB).

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o deputado Álvaro Guimarães (UB), que comandou os trabalhos no exercício da presidência, declarou encerrada a sessão, deixando convocada outra para esta quarta-feira, 16, às 15 horas.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/128245/plenario-aprova-materias-de-parlamentares-e-do-tribunal-de-contas-do-estado

Duas matérias do Tribunal de Contas do Estado são aprovadas em 1ª votação

Foram aprovados, em primeira votação, os projetos de lei nº 10769/22 e de n° 10770/22 , de autoria do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). O primeiro tem como objetivo alterar a Lei Estadual n° 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, que trata do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **TCE**, para a criação de unidade administrativa, denominada Chefia de Gabinete, para conselheiros, auditores e procuradores de contas. A alteração refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro orgânico-funcional, para a criação e normatização dessa unidade administrativa (Chefia de Gabinete), sem haver qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal.

Já a segunda matéria visa alterar a Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para instituir o regime de distribuição processual aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores, conselheiros que integram o **TCE**. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio dos processos de contas, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal, estabelecido para o modelo atual.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/duas-materias-do-tribunal-de-contas-do-estado-sao-aprovadas-em-1a-votacao/

Comissão Mista aprecia sete matérias e encerra encontro realizado nesta quarta-feira, 9

Sob o comando do deputado Dr. Antonio (UB), a Comissão Mista realizou uma reunião híbrida, na tarde desta quarta-feira, 9, para a apreciação de sete matérias oriundas da Governadoria do Estado, de órgãos públicos estaduais e, também, de autoria parlamentar. Dessas, três receberam sinal verde e avançam para as duas fases de discussão e votação em Plenário. As outras quatro proposições receberam pedidos de vista.

Foram aprovados os projetos de lei nº 10769/22 e de n° 10770/22 , de autoria do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). Relatado pelo deputado Francisco Oliveira (MDB), que apresentou parecer favorável, o primeiro tem como objetivo alterar a Lei Estadual n° 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, que trata do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **TCE**, para a criação de unidade administrativa, denominada Chefia de Gabinete, para conselheiros, auditores e procuradores de contas. A alteração refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro orgânico-funcional, para a criação e normatização dessa unidade administrativa (Chefia de Gabinete), sem haver qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal.

Já a segunda matéria, relatada pelo deputado Wilde Cambão (PSD) com parecer favorável, visa alterar a Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para instituir o regime de distribuição processual aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores, conselheiros que integram o **TCE**. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio dos processos de contas, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal, estabelecido para o modelo atual.

Outra propositura que recebeu sinal verde do colegiado é de autoria do deputado Lissauer Vieira (PSD). Protocolada sob o nº 10758/22 , com relatoria do deputado Virmondes Cruvinel (UB), que apresentou parecer favorável, tem como intuito revogar a Lei n° 21.528, de 4 de agosto de 2022, que versa sobre a afixação permanente de placas ou cartazes nos estabelecimentos que comercializam carne.

Matérias que receberam pedidos de vista

O projeto de lei nº 10334/22 e o seu aditivo de nº 10787/22 , oriundos do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), receberam pedido de vista por parte dos deputados Delegado Humberto Teófilo (Patriota), Antônio Gomide (PT) e Coronel Adailton (PRTB). As propostas têm como objetivo alterar a Lei Complementar n° 25/1998, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de **Goiás**, e a Lei n° 103/2013, criando cargos em comissão no Ministério Público.

Foram, ainda, colocados em apreciação, projetos oriundos da Governadoria do Estado, que também tiveram pedido de vista solicitado pelo deputado Major Araújo (PL). Protocolada sob o nº 10789/22 , a primeira matéria, relatada pelo deputado Chico KGL (UB) com parecer favorável, tem como intuito autorizar o chefe do Poder Executivo a alienar o imóvel com área de 4.400 metros quadrados, mediante doação onerosa, ao município de Cumari. Já o segundo projetode lei, de nº 10790/22 , relatado pelo deputado Francisco Oliveira (MDB) com parecer favorável, visa convalidar e revigorar os fundos rotativos na **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**).

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/comissao-mista-aprecia-sete-materias-e-encerra-encontro-realizado-nesta-quarta-feira-9/

Tucano comemora aprovação de contas, mas a realidade mostra que Goiás estava insolvente em 2018

Cloves Reges Maia

Na última terça-feira (08/11), a Assembleia Legislativa de **Goiás** aprovou as contas de governo de 2018 dos ex-gestores Marconi Perillo (PSDB) e José Eliton, hoje no PSB. Em 2019, o plenário do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) julgou parecer prévio pela rejeição das contas dos tucanos, apontando, entre outros ilícitos, que o resultado orçamentário e financeiro das contas de Perillo e Eliton foi de R$ 3,5 bilhões negativos. Somando-se os restos a pagar dos exercícios anteriores e, ainda, as despesas não empenhadas, acrescidos da indisponibilidade de caixa, a unidade técnica concluiu que, ao final de 2018, o rombo nas contas públicas do Estado foi superior a R$ 7 bilhões.

O primeiro julgamento do parecer se deu em julho de 2019. No entanto, em junho do ano seguinte, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de **Goiás** concedeu aos ex-governadores mandado de segurança para anular a votação do parecer pelo pleno do **TCE**-**GO** e determinou que o processo retornasse ao tribunal para ser retomado do ponto em que deveriam ter sido intimadas as partes para apresentação de defesa prévia. Nesse segundo julgamento, a corte de contas acabou emitindo parecer prévio pela aprovação das contas, muito embora o entendimento da área técnica, que, em tese, deveria subsidiar a decisão dos conselheiros, foi pela rejeição das mesmas.

Ao comentar sobre a aprovação das contas pela **Alego**, Marconi Perillo disse que a decisão do legislativo goiano seria uma "confirmação de que todas despesas constitucionais vinculadas ao orçamento durante os anos que estive à frente do governo estadual foram todas cumpridas", o que não se verifica na prática.

A área técnica do **TCE**-**GO** apontou que no ano de 2018 os tucanos não cumpriram a vinculação em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com violação ao artigo 212, da CF, também repassaram recursos a menor ao FUNDEB, com violação ao Acórdão **TCE** 121/2016 e ao artigo 82, do ADCT/CF, não cumpriram a vinculação de gastos com o Fundo Cultural, com violação ao artigo 8º, da Lei Estadual 15633/06, entre outros ilícitos que à luz dos manuais de contabilidade pública exigiriam a rejeição das contas.

Para o **conselheiro Celmar Rech**, que divergiu do relator no segundo julgamento das contas de Marconi e José Eliton, a realidade contábil do Estado de **Goiás** ao final de 2018, para além dos inaceitáveis efeitos de maquiagem fiscal, promoveram a desestabilização das contas públicas, vez que comprometeu o orçamento subsequente.

"Foram R$ 2,2 bilhões de despesas não registradas no Balanço Anual do Estado. Desses, mais de R$ 1,2 bilhão referente a despesas com folha de pagamento do Poder Executivo, além de R$ 113 milhões com o serviço da dívida. Esta Corte nunca havia se deparado com tal irregularidade. A identificação da massiva monta não contabilizada oriunda da mais significativa despesa do orçamento estadual representa afronta inédita ao ordenamento jurídico, financeiro e contábil", pontuou.

Ao assumir o governo, em janeiro de 2019, o governador Ronaldo Caiado encontrou o Estado insolvente, devendo as folhas de pagamento de novembro e dezembro e com apenas R$ 11 milhões em caixa para fazer frente a obrigações imediatas de mais de R$ 7 bilhões.

Site: https://nosopinando.com.br/tucanos-comemoram-aprovacao-de-contas-mas-a-realidade-mostra-que-goias-estava-insolvente-em-2018/